



Porque você é o centro

Cadê os meus 102%??!!

Às vésperas do ato público marcado para a decretação da greve, Serra lançou uma grande ofensiva através da imprensa. Jornais, rádios e TV's de todo o estado estamparam a notícia de que o Plano de Carreira já estava pronto e entraria na Assembleia Legislativa "em breve" e que os reajustes chegavam a 102%. Foi mais um golpe dos tucanos: o projeto estabelece diferenças gritantes entre os vários segmentos da categoria, como mostra a análise feita pelo Sinteps, nas páginas 4 a 7.

O ato dos trabalhadores do Ceeteps, em 29/2, em São Paulo, que deu início à greve da categoria.

Confira nas pág. 2 e 3



Assembléias aprovam continuidade da mobilização pela aprovação das emendas do Sindicato

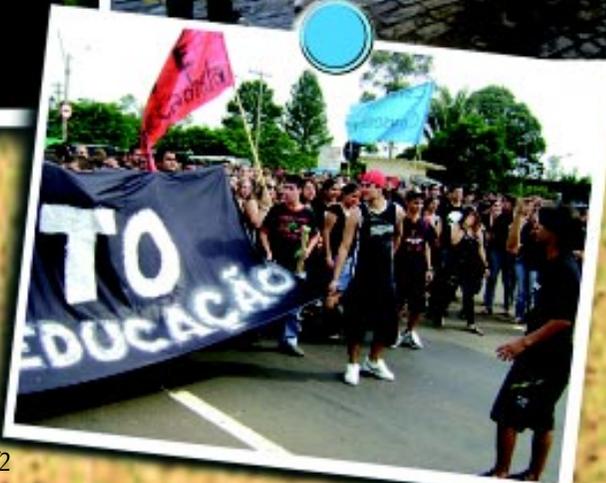
Págs. 8 e 9



V Congresso dos Trabalhadores do Centro aprovou Plano de Lutas

Págs. 9 e 10

Ato dos estudantes da ETECAP, em 29/2



Campanha salarial 2008



Ato de lançamento da greve reuniu 300 pessoas em São Paulo

O ato de lançamento da greve dos funcionários e professores das ETE's e FATEC's reuniu cerca de 300 representantes de 26 unidades de todo o estado, no dia 29 de fevereiro, em frente ao Centro Paula Souza, em São Paulo.

Várias regiões enviaram caravanas à capital, como é o caso de Presidente Prudente, que compareceu com um ônibus trazendo trabalhadores de Dracena, Paraguaçu Paulista, Racharia e da própria cidade. "Nunca houve mobilização como essa nestas cidades", destacou Rubens Leão Cavalcanti, Diretor da

Regional Presidente Prudente.

Faixas e cartazes estampavam as reivindicações centrais da categoria: 65% de reajuste salarial (para repor perdas desde 1996), enquadramento na carreira para os funcionários e garantia de emprego, entre outras. Na véspera do ato, o governo Serra divulgou na imprensa que estaria concedendo reajustes de até 102%, por meio da implantação de um plano de carreira. De acordo com o comunicado, o "Plano de Carreira, de Empregos Públicos e Sistema Retributivo para os Servidores do Ceeteps" seria encaminhado à Assembléia Legislati-

va para aprovação. As manchetes também sinalizavam o grau de preocupação do governo com a possibilidade de uma grande greve no Centro: "Sob pressão, Serra dá reajuste salarial para as FATEC's e ETEC's", diziam algumas delas.

Agilidade

Durante o ato público do dia 29/2, a Superintendente do Ceeteps, professora Laura Laganá, apressou-se em chamar uma reunião com o Sinteps, recebendo uma comissão formada por Diretores do Sindicato e representa-

tes de base de várias unidades, com o objetivo de explicar detalhes do Plano de Carreira.

Os representantes do Sindicato cobraram

uma cópia da proposta, até então desconhecida da categoria, mas não foram atendidos. "Carreira e recomposição de perdas são coisas absolutamente diferentes", destacou Silvia Elena de Lima, Diretora do Sinteps. "A Carreira já é um direito da categoria, embora desrespeitado nestes anos todos."

Suspensão

Reunidos em assembléia geral no dia 5 de março, servidores e docentes das ETE's e FATEC's decidiram suspender a greve deflagrada em 29/2. A avaliação dos presentes foi de que a baixa adesão até aquele momento (cerca de 10 unidades paralisadas total ou parcialmente) devia-se, em grande medida, às manobras feitas pelo governo do estado às vésperas da decretação do movimento.



Dirigentes do Sinteps falam no ato



Durante o ato, a Superintendência do Ceeteps convidou uma comissão do Sindicato para falar do Plano de Carreira



Expediente

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo.
Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro.
Cep 01124-060 - São Paulo - SP. Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.
E-mail: sinteps@uol.com.br - Site: <http://www.sinteps.org.br>
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br)
Tiragem: 2.500 exemplares

Campanha salarial 2008

A garra e o apoio dos alunos

A decisão da assembléia foi a de aguardar o prazo estabelecido pela própria Superintendente (15/3) para que o Plano de Carreira desse entrada na Assembléia Legislativa (Alesp).

Nova reunião do Conselho de Diretores de Base (CDB) aconteceu no dia 18/3, dentro da própria Alesp, quando foram protocoladas as emendas do Sinteps ao projeto do governo. Em outra assembléia geral, no dia 26/3, a decisão foi pela manutenção da mobilização pela aprovação das emendas, como mostra matéria na página 9.

Os estudantes das ETE's e FATEC's estão de parabéns! Eles tiveram participação ativa no movimento dos trabalhadores do Centro, não só apoiando a greve, como também saindo à luta por suas reivindicações.

Na ETE Rubens de Faria, de Sorocaba, por exemplo, os estudantes compareceram em massa às reuniões convocadas por diretores do Sinteps para explicar o movimento, mostrando-se dispostos a aderir à paralisação, caso esta prosseguisse.

Em Campinas, os alunos da ETECAP paralisaram as aulas no dia 29/2 e fizeram uma grande manifestação, denunciando a falta de estrutura e de pessoal na unidade. "O governo engana a população com a abertura de novas escolas, pois sequer mantém as já existentes", denunciou Nicanor Mateus Lopes, diretor do grêmio da ETECAP, presente ao ato em São Paulo.



Acima, o ato dos alunos da ETECAP, em Campinas, no dia 29/2. À esquerda, Mateus, do grêmio da ETECAP, no ato dos trabalhadores do Centro, em SP



Estudantes empunham faixa no ato dos trabalhadores do Ceeteps, em SP, no dia 29/2



Novo site e comunidade no Orkut

Nesta campanha salarial, o Sinteps ampliou suas formas de comunicação. Além dos cartazes, boletins e jornais impressos, a entidade apostou nos meios eletrônicos. O site (www.sinteps.org.br) foi remodelado e ganhou agilidade, estampando diariamente as novidades do movimento. O Sindicato também criou uma comunidade no Orkut (www.orkut.com/Community.aspx?cmm=39562258), que rapidamente se transformou num canal importante de informação e debate.



Cadê os meus 102%?!!

Projeto de Plano de Carreira enviado pelo governo à Alesp estabelece diferenças gritantes entre os vários segmentos da categoria. Assembléias aprovam continuidade da mobilização pela aprovação das emendas apresentadas pelo Sindicato

No dia 28 de fevereiro, véspera do ato público marcado para a decretação da greve, o governador José Serra lançou uma grande ofensiva através da imprensa. Jornais, rádios e TV's de todo o estado estamparam a notícia de que o Plano de Carreira para o pessoal do Centro já estava pronto e entraria na Assembléia Legislativa (Alesp) "em breve". A notícia foi divulgada de forma absolutamente distorcida, deixando confusos os trabalhadores. Vários jornais trouxeram na manchete a informação de que "sob pressão", Serra estava dando reajuste de "até 102%" para as ETE's e FATEC's.

Nada mais falacioso. O projeto do governo, enviado à Alesp no dia 12 de março, promove uma odiosa discriminação entre os segmentos e a maior parte da categoria não tem muito o quê comemorar. No dia de fechamento desta edição, em 28 de março, a informação é que o Projeto de Lei Complementar 10/98, que instituiu o "Plano de Cargos e Salários e Sistema Retributivo do Pessoal Docente e Administrativo das Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnolo-

gia do Ceeteps", estava tramitando em regime de urgência, a pedido do próprio governador.

Engavetado há mais de 10 anos, com promessas e mais promessas que nunca se cumpriram, o Plano de Carreira só se torna realidade, agora, por conta da mobilização da categoria. De fato, Serra só o enviou à Alesp "sob pressão" da iminência da greve. Porém, como é bem do fei-

tio tucano, muito do que foi anunciado é falso, como veremos nas matérias a seguir.

Os motivos que levaram a categoria a decretar a greve permanecem na ordem do dia, como é o caso do arrocho nos salários. A reivindicação de 65% para todos é um dos pontos centrais da nossa campanha salarial neste ano. As correções presentes no projeto de Plano de Carreira do

governo, além de baixas e diferenciadas por segmento, dizem respeito à ausência de enquadramento nos últimos anos. Ou seja, reajuste salarial é uma coisa (refere-se às perdas sofridas pelo não repasse da inflação) e carreira é outra (diz respeito à valorização do profissional de acordo com o tempo de casa e a evolução de sua qualificação).

Diferenças gritantes

A direção do Sinteps avaliou a proposta e considera que, após 10 anos de promessas, o plano não atende às expectati-

vas da maioria dos trabalhadores. Há diferenças grandes entre os segmentos que compõem a categoria. Ou seja, o governo recorre novamente à máxima de "dividir para reinar".

Na análise que segue, você verá números e projeções relativos a todos os segmentos. O Sindicato também aponta os valores que seriam adequados para corrigir, efetivamente, as distorções. Com base neste estudo, a direção do Sinteps fez emendas para tentar melhorar o salário dos professores de ETE's e de FATEC's, dos auxiliares e instrutores e do pessoal técnico-administrativo (confira na página 8). Como sabemos que a maioria dos deputados é governista, será preciso mostrar força, ou seja, mobilização destes segmentos da categoria para mudar o quadro.

A seguir, veja a análise e considerações gerais e políticas da direção do Sinteps sobre a proposta.



A manchete do jornal de Cruzeiro do Sul repetiu-se em todo o estado de São Paulo: manobra do governador encontrou eco na imprensa

Uma análise do projeto do governo por segmento

PESSOAL DOCENTE

a) Docentes de ETE

Categoria	Valor hora aula (\$)	Gratificações (\$)	Valor atual (\$)	Valor proposto (R\$)	Diferença percentual (%)
A - 1	6,09	0,80	6,89	10,00	45,13
B - 2	7,30	0,80	8,10	11,20	38,27
C - 3	8,53	0,80	9,33	12,50	33,98
D - 4	9,74	0,80	10,54	14,10	33,77
E - 5	11,20	0,80	12,00	15,70	30,83
F - 6	12,97	0,80	13,77	17,60	27,81
7				19,70	

b) Docentes de FATEC

Categoria	Valor hora aula (\$)	Gratificações (\$)	Valor atual (\$)	Valor proposto (R\$)	Diferença percentual (%)
Auxiliar	8,10	0,80	8,90	18,00	102,25
Assistente	10,57	0,80	11,37	20,16	77,31
Associado I	14,89	0,80	15,69	22,50	43,40
Associado II				23,58	
Pleno I	17,49	0,80	18,29	28,26	54,51
Pleno II				31,68	

Conclusões

Todas as categorias de professor de ETE terão salários bem inferiores à perda salarial acumulada da categoria nos últimos anos, que é de 50,29%, segundo cálculo do Dieese.

Todas as categorias de professor de FATEC, à exceção do professor associado, terão salários superiores à perda salarial da categoria nos últimos anos, que é de 50,29%, segundo cálculo do Dieese.

Para minimizar as perdas dos professores de ETE, o valor inicial deveria ser R\$ 10,37. Os índices multiplicadores deveriam ser alterados, para que os professores das últimas categorias consigam recuperar a perda inflacionária do período em que a política salarial foi descumprida.

AUXILIARES DOCENTES E INSTRUTORES

Conclusões

Mais uma vez, a perda salarial acumulada não é recuperada. Segundo o Dieese, a perda dos Auxiliares e Instrutores é de 63,95%. Os valores necessários para a recuperação das perdas são:

- R\$ 1.676,68 para os Auxiliares I e Docente.
- R\$ 1899,59 para os Auxiliares II e Instrutores.

Categoria	Valor mensal atual (\$)	Gratificações (\$)	Valor total atual (\$)	Valores propostos (R\$)	Diferença percentual (%)
Auxiliar de Instrução I	862,68	160,00	1.022,68	1.350,00	32
Auxiliar de Instrução II	998,64	160,00	1.158,64	1.485,00	28,17
Auxiliar Docente	862,68	160,00	1.022,68	1.350,00	32
Instrutor	998,64	160,00	1.158,64	1.485,00	28,17

FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Certamente, esta é a categoria mais prejudicada com a proposta do Plano de Carreira. Além de ser a que acumula as maiores perdas (63,95%, segundo o Dieese), ainda está sem qualquer processo de evolução funcional desde 1994.

Aqui, é preciso ressaltar que a Superintendente do Centro, professor Laura Laganá, faltou com a verdade durante a reunião com representantes do Sindicato, no dia 29 de fevereiro. Naquela

ocasião, ela afirmou que os funcionários teriam um enquadramento de 5% a cada três anos trabalhados, o que não está previsto na proposta enviada à Assembléia Legislativa.

Questionada pelo Sinteps, a Superintendente afirmou, ainda, que os cargos em extinção teriam progressão, mas isto também não está previsto na proposta.

Para os funcionários, a proposta de Carreira trará recuperações mínimas de salários, conforme demonstram as simulações a seguir:



Plano de Carreira

Função atual	ASG	ASG	Oficial Adm.	Secretário III	ATD II
Admissão/Nomeação	1987	2000	1985	2004	2005
Salário base	263,39	263,39	360,56	558,18	1.429,26
Adicional de Função	217,04	78,07	461,05	304,50	197,32
GG + GATAE	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00
Total	620,43	481,46	961,61	1.002,68	1.766,58
Abono complementar	--	28,54	--	--	--
Total	620,43	510,00	961,61	1.002,68	1.766,58
Enquadramento proposto	1 H	IC	5 H	I	VI
Valor proposto	717,62	562,28	1.060,95	1.166,00	2.122,00
Diferença percentual	15,66	10,25	10,33	16,29	20,12

REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	738,99	775,93	814,74	855,47	898,25	943,15	990,32	1.039,83	1.091,82	1.146,42	1.203,74
2	834,62	876,35	920,17	966,17	1.014,48	1.065,22	1.118,48	1.174,40	1.233,11	1.294,78	1.359,51
3	899,82	944,82	992,05	1.041,67	1.093,75	1.148,43	1.205,85	1.266,15	1.329,45	1.395,92	1.465,72
4	970,83	1.019,37	1.070,34	1.123,86	1.180,05	1.239,05	1.300,99	1.366,06	1.434,36	1.506,07	1.581,38
5	1.092,54	1.147,17	1.204,54	1.264,76	1.327,99	1.394,40	1.464,11	1.537,31	1.614,18	1.694,89	1.779,64
6	1.182,38	1.241,50	1.303,57	1.368,75	1.437,19	1.509,06	1.584,51	1.663,72	1.746,91	1.834,26	1.925,98
7	1.798,21	1.888,12	1.982,52	2.081,64	2.185,73	2.295,03	2.409,77	2.530,25	2.656,77	2.789,61	2.929,09
8	2.931,32	3.077,89	3.231,79	3.393,38	3.563,05	3.741,20	3.928,25	4.124,66	4.330,90	4.547,45	4.774,81
9	3.622,50	3.803,62	3.993,80	4.193,49	4.403,18	4.623,32	4.854,49	5.097,22	5.352,08	5.619,68	5.900,67
10	3.767,40	3.955,77	4.153,56	4.361,24	4.579,30	4.808,26	5.048,67	5.301,11	5.566,16	5.844,46	6.136,70

Assim, nos exemplos acima descritos, os valores seriam:

Enquadramento proposto	III	IC	5H	I	VI
Valor proposto	1.039,83	814,74	1.537,31	1.166,00	2.122,00
Diferença percentual	67,60	59,75	59,87	16,29	20,12

CARGOS EM COMISSÃO

Para os cargos em comissão, que não passam por concurso público, os valores propostos estão adequados. Isto porque, além dos salários, estes servidores recebem gratificações por seus cargos de confiança.

Algumas considerações sobre a estrutura proposta para a Carreira

Na análise que fez do projeto de Plano de Carreira proposto pelo governo Serra, o Sinteps detecta alguns problemas importantes. Os principais são:

- O regime jurídico de contratação dos novos trabalhadores será o da CLT para todos (docentes e funcionários).
- No artigo 10, § 1º, é assegurado o ingresso na carreira docente de FATEC em qualquer nível (de assistente a pleno), porém, o ingresso na ETE não é definido. O artigo 11 estabelece que o preenchimento de empregos públicos permanentes far-se-á sempre na inicial da respectiva carreira, ou seja, professor A, Auxiliar Docente I e 1ª, 5ª etc.
- Os critérios de evolução funcional serão definidos pelo Conselho Deliberativo, de forma que ninguém sabe como vai evoluir na Carreira.
- No artigo 19, não estão incluídas as licenças médicas de portadores de doenças incuráveis, como câncer, AIDS, diabetes e

outras, cujo tratamento impõe ao servidor o afastamento periódico, sendo resguardada uma série de privilégios legais, por conta da natureza agressiva da doença.

- No artigo 20, é feita uma diferenciação entre os docentes de ETE e de FATEC, quanto às horas aula efetivamente prestadas e ministradas.
- Tudo continuará igual nos 20% de hora atividade, ou seja, reuniões pedagógicas, atendimento aos alunos, preparação de aulas, correção de provas, reuniões administrativas etc.
- O artigo 27 retira o direito à sexta parte de quem ainda não o adquiriu.
- Haverá uma bonificação (artigo 38) que não se sabe de quanto é, como e quando será paga e que dependerá de lei específica.
- Pelos dados do artigo 39, são criados 1.376 cargos em comissão (aqueles que não precisam de concurso público para ingresso), com salários variando na faixa de R\$

1.166,00 (para o nível médio) até R\$ 5.294,00 (para o nível superior). Já os cargos destinados a concurso público de nível médio têm salários de R\$ 754,00.

- Ainda com base no artigo 39, são criados 20.633 cargos permanentes, dos quais 3.450 professores de FATEC's, 15.000 professores de ETE's e 2.183 funcionários. No caso dos funcionários, isso representa uma relação muito alta entre cargos em comissão e servidores de concurso, na razão de 2.183/1.376, ou seja, um servidor sem concurso para cada 1,58 servidor concursado.
- O artigo 52 preserva a contratação precária, por tempo determinado, para a criação de novas unidades e ou ampliação das já existentes;
- A lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no mês seguinte.
- Não há estabelecimento de política salarial.

Governo admite que Carreira é ajuste necessário à expansão até 2011 e descarta correções salariais

De acordo com a justificativa do governador José Serra, na introdução do Projeto de Lei Complementar 10/2008, o Plano de Carreira do pessoal do Ceeteps é um mecanismo de ajuste necessário à expansão até 2011. Num dos trechos, ele diz:

"A medida, que decorre de estudos realizados no âmbito das Secretarias de Gestão Pública e de Desenvolvimento, tem por objetivo estruturar o Quadro de Pessoal do Ceeteps, com vistas a estabelecer um sistema equânime de carreiras e salários para docentes e servidores administrativos, providência que considero indispensável para concretizar o processo de expansão dos cursos técnicos de nível médio e do ensino tecnológico de nível superior, consoante as metas fixadas pelo governo."

Ainda na abertura do

PLC 10/2008, o secretário de Desenvolvimento, Alberto Goldman, reafirma que "o projeto tem por finalidade adequar o quadro de pessoal da instituição às necessidades de hoje, bem como dar atendimento ao ambicioso processo de expansão determinado pelo governo e previsto para ser implantado no período de 2007 a 2010". Lembrando que parte das metas já foi implementada no primeiro ano do mandato (2007), Goldman explicita a expansão pretendida por Serra até 2010: "aumento de 77 mil para 177 mil matrículas nos cursos técnicos de nível médio; de 24 mil para 70 mil no Ensino Médio nas Escolas Técnicas Estaduais - ETEC's - e de 22 mil para



60 mil as matrículas no ensino tecnológico de nível superior, com a duplicação das Faculdades de Tecnologia - FATEC's - existentes no início deste governo, de 26 para 52 Faculdades de Tecnologia."

Mais adiante, o secretário acrescenta que "o projeto tem consonância com a diretriz de política salarial do governo do estado de São Paulo, de instituir a remuneração por desempenho para aprimoramento dos serviços públicos, que será

decorrente do alcance de metas previamente estabelecidas, visando a melhoria dos resultados alcançados pelas unidades de ensino médio e de nível superior." E conclui: "As despesas resultantes da aplicação deste projeto de lei complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e no Plano Plurianual 2008-2011 enviada à Assembleia Legislativa."

Para entender melhor

As afirmações de Serra e Goldman deixam claro que, até 2011, não pretendem mexer uma vírgula sequer do que está proposto. Ou seja, como a política salarial passa a ser a de "remuneração por desempenho", os trabalhadores do Ceeteps poderiam esquecer reajuste

salarial por um bom tempo. É preciso lembrar que, com a instituição do Plano de Carreira, a política salarial do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) fica definitivamente afastada. Embora o reajuste do Cruesp esteja previsto em lei, o governo tucano não vem repassando ao pessoal do Ceeteps os índices aplicados nas universidades desde 1996.

Também é preciso considerar que o tempo de serviço para o novo enquadramento será contado a partir da publicação do Plano. Ou seja, quem estava para mudar de categoria terá que esperar, no mínimo, mais três anos sem qualquer alteração nos salários.

Em resumo, além de não recuperar as perdas salariais, o Plano de Carreira vai aprofundar o arrocho, porque serão mais três anos de corrosão nos nossos salários.

Algumas considerações políticas sobre a Carreira proposta

- A contratação futura pelo regime da CLT e a manutenção da possibilidade de contratação por tempo determinado estabelecem claramente que a política de expansão continuará levando o sistema para a publicização (quando um órgão público passa a ser gerido por ONG's, organizações sociais, fundações etc, ou seja, formas disfarçadas de privatização).
- Tanto os valores salariais da carreira docente de FATEC, quanto a possibilidade de ingresso em qualquer um dos níveis, são claros demonstrativos de que a política de expansão tem foco principal nas FATEC's, que há muito mereciam valores mais dignos de salários.
- A situação dos docentes de ETE's

muda pouco. A expansão se fará através da contratação de professores apenas na categoria I, sem levar em conta a experiência profissional do candidato, o que, certamente, continuará sendo pouco atrativo, face ao valor de R\$ 10,00 proposto.

- Quase tudo o que interessa, como formas de progressão e definição de perfil, ainda será definido pelo Conselho Deliberativo, aquele órgão administrativo formado por apenas seis pessoas, todas elas, na prática, indicadas pelo governador e que não têm compromisso direto com a instituição.
- Depois de tanto tempo recebendo o pior salário da Região Sudeste do Brasil, a recuperação salarial dos pro-

fessores de ETE, dos auxiliares e instrutores e dos funcionários administrativos fica muito aquém da qualidade oferecida pelo sistema, tendo em vista os indicadores educacionais das ETE's, tanto no ensino técnico (com a alta empregabilidade), como no ensino médio (com os resultados do ENEM).

- O Plano de Carreira proposto não atende as expectativas da maioria dos trabalhadores, que vislumbravam o reconhecimento pelos bons serviços prestados à população paulista.
- Após dez anos de promessas, o Plano é isso: diferenças gritantes entre os segmentos que compõem a categoria, num brilhante exercício maquiavélico de dividir para reinar.

Plano de Carreira

Função atual	ASG	ASG	Oficial Adm.	Secretário III	ATD II
Admissão/Nomeação	1987	2000	1985	2004	2005
Salário base	263,39	263,39	360,56	558,18	1.429,26
Adicional de Função	217,04	78,07	461,05	304,50	197,32
GG + GATAE	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00
Total	620,43	481,46	961,61	1.002,68	1.766,58
Abono complementar	--	28,54	--	--	--
Total	620,43	510,00	961,61	1.002,68	1.766,58
Enquadramento proposto	1 H	IC	5 H	I	VI
Valor proposto	717,62	562,28	1.060,95	1.166,00	2.122,00
Diferença percentual	15,66	10,25	10,33	16,29	20,12

REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	738,99	775,93	814,74	855,47	898,25	943,15	990,32	1.039,83	1.091,82	1.146,42	1.203,74
2	834,62	876,35	920,17	966,17	1.014,48	1.065,22	1.118,48	1.174,40	1.233,11	1.294,78	1.359,51
3	899,82	944,82	992,05	1.041,67	1.093,75	1.148,43	1.205,85	1.266,15	1.329,45	1.395,92	1.465,72
4	970,83	1.019,37	1.070,34	1.123,86	1.180,05	1.239,05	1.300,99	1.366,06	1.434,36	1.506,07	1.581,38
5	1.092,54	1.147,17	1.204,54	1.264,76	1.327,99	1.394,40	1.464,11	1.537,31	1.614,18	1.694,89	1.779,64
6	1.182,38	1.241,50	1.303,57	1.368,75	1.437,19	1.509,06	1.584,51	1.663,72	1.746,91	1.834,26	1.925,98
7	1.798,21	1.888,12	1.982,52	2.081,64	2.185,73	2.295,03	2.409,77	2.530,25	2.656,77	2.789,61	2.929,09
8	2.931,32	3.077,89	3.231,79	3.393,38	3.563,05	3.741,20	3.928,25	4.124,66	4.330,90	4.547,45	4.774,81
9	3.622,50	3.803,62	3.993,80	4.193,49	4.403,18	4.623,32	4.854,49	5.097,22	5.352,08	5.619,68	5.900,67
10	3.767,40	3.955,77	4.153,56	4.361,24	4.579,30	4.808,26	5.048,67	5.301,11	5.566,16	5.844,46	6.136,70

Assim, nos exemplos acima descritos, os valores seriam:

Enquadramento proposto	III	IC	5H	I	VI
Valor proposto	1.039,83	814,74	1.537,31	1.166,00	2.122,00
Diferença percentual	67,60	59,75	59,87	16,29	20,12

CARGOS EM COMISSÃO

Para os cargos em comissão, que não passam por concurso público, os valores propostos estão adequados. Isto porque, além dos salários, estes servidores recebem gratificações por seus cargos de confiança.

Algumas considerações sobre a estrutura proposta para a Carreira

Na análise que fez do projeto de Plano de Carreira proposto pelo governo Serra, o Sinteps detecta alguns problemas importantes. Os principais são:

- O regime jurídico de contratação dos novos trabalhadores será o da CLT para todos (docentes e funcionários).
- No artigo 10, § 1º, é assegurado o ingresso na carreira docente de FATEC em qualquer nível (de assistente a pleno), porém, o ingresso na ETE não é definido. O artigo 11 estabelece que o preenchimento de empregos públicos permanentes far-se-á sempre na inicial da respectiva carreira, ou seja, professor A, Auxiliar Docente I e 1ª, 5ª etc.
- Os critérios de evolução funcional serão definidos pelo Conselho Deliberativo, de forma que ninguém sabe como vai evoluir na Carreira.
- No artigo 19, não estão incluídas as licenças médicas de portadores de doenças incuráveis, como câncer, AIDS, diabetes e

outras, cujo tratamento impõe ao servidor o afastamento periódico, sendo resguardada uma série de privilégios legais, por conta da natureza agressiva da doença.

- No artigo 20, é feita uma diferenciação entre os docentes de ETE e de FATEC, quanto às horas aula efetivamente prestadas e ministradas.
- Tudo continuará igual nos 20% de hora atividade, ou seja, reuniões pedagógicas, atendimento aos alunos, preparação de aulas, correção de provas, reuniões administrativas etc.
- O artigo 27 retira o direito à sexta parte de quem ainda não o adquiriu.
- Haverá uma bonificação (artigo 38) que não se sabe de quanto é, como e quando será paga e que dependerá de lei específica.
- Pelos dados do artigo 39, são criados 1.376 cargos em comissão (aqueles que não precisam de concurso público para ingresso), com salários variando na faixa de R\$

1.166,00 (para o nível médio) até R\$ 5.294,00 (para o nível superior). Já os cargos destinados a concurso público de nível médio têm salários de R\$ 754,00.

- Ainda com base no artigo 39, são criados 20.633 cargos permanentes, dos quais 3.450 professores de FATEC's, 15.000 professores de ETE's e 2.183 funcionários. No caso dos funcionários, isso representa uma relação muito alta entre cargos em comissão e servidores de concurso, na razão de 2.183/1.376, ou seja, um servidor sem concurso para cada 1,58 servidor concursado.
- O artigo 52 preserva a contratação precária, por tempo determinado, para a criação de novas unidades e ou ampliação das já existentes;
- A lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no mês seguinte.
- Não há estabelecimento de política salarial.

Governo admite que Carreira é ajuste necessário à expansão até 2011 e descarta correções salariais

De acordo com a justificativa do governador José Serra, na introdução do Projeto de Lei Complementar 10/2008, o Plano de Carreira do pessoal do Ceeteps é um mecanismo de ajuste necessário à expansão até 2011. Num dos trechos, ele diz:

"A medida, que decorre de estudos realizados no âmbito das Secretarias de Gestão Pública e de Desenvolvimento, tem por objetivo estruturar o Quadro de Pessoal do Ceeteps, com vistas a estabelecer um sistema equânime de carreiras e salários para docentes e servidores administrativos, providência que considero indispensável para concretizar o processo de expansão dos cursos técnicos de nível médio e do ensino tecnológico de nível superior, consoante as metas fixadas pelo governo."

Ainda na abertura do

PLC 10/2008, o secretário de Desenvolvimento, Alberto Goldman, reafirma que "o projeto tem por finalidade adequar o quadro de pessoal da instituição às necessidades de hoje, bem como dar atendimento ao ambicioso processo de expansão determinado pelo governo e previsto para ser implantado no período de 2007 a 2010". Lembrando que parte das metas já foi implementada no primeiro ano do mandato (2007), Goldman explicita a expansão pretendida por Serra até 2010: "aumento de 77 mil para 177 mil matrículas nos cursos técnicos de nível médio; de 24 mil para 70 mil no Ensino Médio nas Escolas Técnicas Estaduais - ETEC's - e de 22 mil para



60 mil as matrículas no ensino tecnológico de nível superior, com a duplicação das Faculdades de Tecnologia - FATEC's - existentes no início deste governo, de 26 para 52 Faculdades de Tecnologia."

Mais adiante, o secretário acrescenta que "o projeto tem consonância com a diretriz de política salarial do governo do estado de São Paulo, de instituir a remuneração por desempenho para aprimoramento dos serviços públicos, que será

decorrente do alcance de metas previamente estabelecidas, visando a melhoria dos resultados alcançados pelas unidades de ensino médio e de nível superior." E conclui: "As despesas resultantes da aplicação deste projeto de lei complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e no Plano Plurianual 2008-2011 enviada à Assembleia Legislativa."

Para entender melhor

As afirmações de Serra e Goldman deixam claro que, até 2011, não pretendem mexer uma vírgula sequer do que está proposto. Ou seja, como a política salarial passa a ser a de "remuneração por desempenho", os trabalhadores do Ceeteps poderiam esquecer reajuste

salarial por um bom tempo. É preciso lembrar que, com a instituição do Plano de Carreira, a política salarial do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) fica definitivamente afastada. Embora o reajuste do Cruesp esteja previsto em lei, o governo tucano não vem repassando ao pessoal do Ceeteps os índices aplicados nas universidades desde 1996.

Também é preciso considerar que o tempo de serviço para o novo enquadramento será contado a partir da publicação do Plano. Ou seja, quem estava para mudar de categoria terá que esperar, no mínimo, mais três anos sem qualquer alteração nos salários.

Em resumo, além de não recuperar as perdas salariais, o Plano de Carreira vai aprofundar o arrocho, porque serão mais três anos de corrosão nos nossos salários.

Algumas considerações políticas sobre a Carreira proposta

- A contratação futura pelo regime da CLT e a manutenção da possibilidade de contratação por tempo determinado estabelecem claramente que a política de expansão continuará levando o sistema para a publicização (quando um órgão público passa a ser gerido por ONG's, organizações sociais, fundações etc, ou seja, formas disfarçadas de privatização).
- Tanto os valores salariais da carreira docente de FATEC, quanto a possibilidade de ingresso em qualquer um dos níveis, são claros demonstrativos de que a política de expansão tem foco principal nas FATEC's, que há muito mereciam valores mais dignos de salários.
- A situação dos docentes de ETE's

muda pouco. A expansão se fará através da contratação de professores apenas na categoria I, sem levar em conta a experiência profissional do candidato, o que, certamente, continuará sendo pouco atrativo, face ao valor de R\$ 10,00 proposto.

- Quase tudo o que interessa, como formas de progressão e definição de perfil, ainda será definido pelo Conselho Deliberativo, aquele órgão administrativo formado por apenas seis pessoas, todas elas, na prática, indicadas pelo governador e que não têm compromisso direto com a instituição.
- Depois de tanto tempo recebendo o pior salário da Região Sudeste do Brasil, a recuperação salarial dos pro-

fessores de ETE, dos auxiliares e instrutores e dos funcionários administrativos fica muito aquém da qualidade oferecida pelo sistema, tendo em vista os indicadores educacionais das ETE's, tanto no ensino técnico (com a alta empregabilidade), como no ensino médio (com os resultados do ENEM).

- O Plano de Carreira proposto não atende as expectativas da maioria dos trabalhadores, que vislumbravam o reconhecimento pelos bons serviços prestados à população paulista.
- Após dez anos de promessas, o Plano é isso: diferenças gritantes entre os segmentos que compõem a categoria, num brilhante exercício maquiavélico de dividir para reinar.

Plano de Carreira

Direção do Sindicato protocolou emendas no dia 18 de março

Representantes da Diretoria Executiva, Diretoria Regional e Conselho de Diretores de Base do Sinteps foram à Assembléia Legislativa no dia 18 de março para protocolar as propostas de emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2008, que trata das carreiras do pessoal do Ceeteps.

As emendas foram entregues ao presidente da Alesp, o deputado tucano Vaz de Lima, durante o Colégio de Líderes, reunião semanal entre os líderes de todos os partidos representados na casa.

A seguir, confira as emendas apresentadas pelo Sinteps, que são precedidas de uma justificativa comum a todas:

Justificativa

O governo do estado de São Paulo, ao propor o "Plano de Cargos e Salários e Sistema Retributório do Pessoal Docente e Administrativo das Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia do Ceeteps", procurou minimizar as perdas salariais destes profissionais. Porém, alguns segmentos da categoria ainda continuam com perdas salariais significativas, de forma que a instituição continuará com problemas para a contratação de profissionais.



Dirigentes do Sinteps entregam as emendas ao presidente da Alesp, Vaz de Lima

A expansão da oferta de cursos técnicos e tecnológicos pressupõe a imediata correção dos salários pagos aos profissionais da instituição, a fim de propiciar a contratação de pessoal qualificado, garantindo, assim, a qualidade da oferta dos cursos, tão necessários ao desenvolvimento do estado.

Tendo em vista que a implantação do referido Plano de Carreira é alvo de ensaios desde 1998 e somente agora se torna realidade, deve ser capaz de corrigir as distorções criadas ao longo da década em que os profissionais ficaram sem a devida evolução funcional, a fim de evitar que em breve seja necessária uma nova correção nos valores. Por isso, são propostas as seguintes emendas:

Emenda nº 3

Alterar os índices multiplicadores do anexo V na seguinte conformidade:

Denominação do Emprego Público	Referência	Índice multiplicador
Professor Assistente I	PS - 1	1,00
Professor Assistente II	PS - 2	1,15
Professor Associado I	PS - 3	1,32
Professor Associado II	PS - 4	1,52
Professor Pleno I	PS - 5	1,75
Professor Pleno II	PS - 6	2,00

Justificativa: A proposta é alterar os índices multiplicadores, a fim de adequar os salários dos professores de FATEC aos valores praticados pelo mercado.

Emenda nº 4

Acrescentar no inciso I do artigo 27: "e a sexta parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, segundo mesmo artigo."

Justificativa: Este é um direito constitucional que não está presente na proposta do Plano de Carreira.

Emenda nº 5

Alterar o item 2 do parágrafo § único do artigo 26 para "2. P1 - R\$ 10,37 (dez reais e trinta e sete centavos).

Justificativa: Assim, os professores das Escolas Técnicas terão as perdas salariais recuperadas e o valor hora aula para contratação de novos professores estará mais condizente com o mercado de trabalho.

Emenda nº 1

Alterar a escala de salários do anexo VII na seguinte conformidade:

Escala de Salários - Auxiliar de Docente			
Denominação de emprego público	Referência	Jornada completa de trabalho	Jornada parcial de trabalho
Auxiliar de Docente I	AD - 1	1.678,68	838,00
Auxiliar de Docente II	AD - 2	1.899,59	949,79
Auxiliar de Docente III	AD - 3	1.994,57	997,28
Auxiliar de Docente IV	AD - 4	2.094,30	1.047,15
Auxiliar de Docente V	AD - 5	2.199,01	1.099,50
Auxiliar de Docente VI	AD - 6	2.308,96	1.154,48

Justificativa: A proposta é adequar os valores dos técnicos e tecnólogos que auxiliam nas funções docentes em ambientes especiais como laboratórios e oficinas aos valores praticados pelo mercado.

Emenda nº 2

Alterar os índices multiplicadores do anexo VI na seguinte forma:

Denominação do Emprego Público	Referência	Índice multiplicador
Professor I	P - 1	1,00
Professor II	P - 2	1,15
Professor III	P - 3	1,32
Professor IV	P - 4	1,52
Professor V	P - 5	1,75
Professor VI	P - 6	2,00
Professor VII	P - 7	2,30

Justificativa: A proposta é alterar os índices multiplicadores, a fim de adequar os salários dos professores de ETE aos valores praticados pelo mercado e recuperar a perda salarial deste segmento da categoria, responsável por indicadores educacionais excelentes e alto índice de empregabilidade de seus egressos.

Emenda nº 6

Alterar o caput do artigo 3º das Disposições Transitórias, para: "Os atuais servidores técnicos e administrativos terão as suas funções atividades enquadradas conforme subanexo II do anexo VIII, de acordo com o atual enquadramento nas referidas funções atividade."

Excluir o § 1º do mesmo artigo e renumerar os demais.
Justificativa: Os servidores em atividade no Ceeteps não passam por processo de enquadramento desde 1994, de forma que o correto é reajustar a atual tabela de vencimentos - Plano de Carreira, que será extinta na conformidade da extinção das funções atividades.

Criar um subanexo II no anexo VIII para as funções atividade em extinção, referentes ao artigo 3º das Disposições Transitórias, com os seguintes valores:

Faixa	Valor	Faixa	Valor
1	681,87	25	2.199,11
2	715,96	26	2.309,06
3	751,76	27	2.424,52
4	789,35	28	2.545,74
5	828,82	29	2.673,03
6	870,26	30	2.806,68
7	913,77	31	2.947,02
8	959,46	32	3.094,37
9	1.007,43	33	3.249,09
10	1.057,81	34	3.411,54
11	1.110,70	35	3.582,12
12	1.166,23	36	3.761,22
13	1.224,55	37	3.949,28
14	1.285,77	38	4.146,75
15	1.350,06	39	4.354,08
16	1.417,56	40	4.571,79
17	1.488,44	41	4.800,38
18	1.562,87	42	5.040,40
19	1.641,01	43	5.292,42
20	1.723,06	44	5.557,04
21	1.809,21	45	5.834,89
22	1.899,67	46	6.126,60
23	1.994,66	47	6.432,97
24	2.094,39	48	6.754,61

Plano de Carreira

Assembléias setoriais apontam continuidade da mobilização pela aprovação das emendas do Sinteps

As assembléias setoriais dos funcionários e professores do Centro Paula Souza, realizadas nas unidades até o dia 25 de março, definiram o posicionamento da categoria em relação à campanha salarial 2008 e ao Plano de Carreira em tramitação na Assembléia Legislativa de São Paulo. Os trabalhadores foram chamados a se posicionar entre três alternativas:

- 1) Encerrar a greve (aceitar as carreiras como foram propostas pelo governo).
- 2) Manter a suspensão da greve (participar da luta para a aprovação das emendas apresentadas pelo Sinteps).
- 3) Retomar a greve (ser contra as carreiras e a favor das nossas reivindicações iniciais: 65% de reajuste linear para todos os trabalhadores, enquadramento do pessoal administrativo e manutenção do emprego).

Dentre os que se posicionaram, 85,3% foram favoráveis à alternativa 2.

Essa postura foi referendada na assembléia geral da categoria, no dia 26 de março, em São Paulo.

Diante da informação de que o governo solicitou a tramitação do PLC 10/2008, que trata das carreiras do pessoal do Ceeteps, em regime de urgência, a assembléia geral aprovou a realização de uma manifestação na Alesp no dia 1º de abril, terça-feira, com concentração a partir das 12 horas na sede do Sindicato.

A assembléia geral do dia 26/3 também aprovou convidar representantes das câmaras de vereadores das cidades nas quais há ETE's e FATEC's para participarem da manifestação, em apoio às emendas da categoria.

Após o desfecho da votação do projeto na Alesp, será realizada nova rodada de assembléias setoriais, para que a categoria se posicione e dê novos encaminhamentos à campanha salarial 2008.



Em frente à Alesp, logo após o protocolo das emendas, no dia 18/3, Diretores do Sindicato gravam mensagem para a TV Sinteps (www.sinteps.org.br), convocando a mobilização

Organização

V Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps aprovou plano de lutas e fincou as bases da mobilização deste ano

Delegados reuniram-se em Caraguatatuba, em dezembro

De 12 a 16 de dezembro de 2007, o nosso Sindicato viveu um momento importante. Funcionários e professores de várias unidades, eleitos como delegados em suas bases, participaram do V Congresso dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, realizado na cidade de Caraguatatuba.

O V Congresso analisou aspectos da conjuntura internacional, nacional e estadual, bem como a situação do Ceeteps, traçando um plano de lutas para a categoria. Para subsidiar as discussões, os delegados receberam com antecedência a tese "Resistência e Luta" e diversas contribuições enviadas por trabalhadores do Centro.

A crise mundial e o governo Lula

Os debates mostraram que, no cenário internacional, paralelamente à ofensiva militarista norte-americana no planeta, que tem como pano de fundo a luta pelo controle do petróleo, verifica-se uma nova etapa da crise econômica mundial. Com as previsões de crescimento em baixa, especialmente para países como o Brasil, o receituário neoliberal procura saídas para manter o nível dos ganhos do capital privado. De um lado, traça novas investidas com o que restou de patrimônio público.

Em âmbito federal, como se viu há pouco, foi leiloada a exploração de importantes rodovias. No estadual, vemos a iniciativa tucana de levantar o patrimônio de 18 estatais paulistas, para "eventuais" terceirizações de serviços, privatizações parciais ou totais. Entre elas, está o Metrô, Nossa Caixa, Sabesp, CDHU, CPTM e CESP, entre outras. No caso desta última, como mostra matéria na página 12, a venda já está em curso.

Às privatizações, somam-se novos ataques, tanto de parte do governo federal, quando dos estaduais. O Palácio do Planalto prepara uma nova etapa da Reforma da Previdência e tenta concluir as reformas sindical e trabalhista. Antecipando o crescimento da reação dos trabalhadores à sua política, o governo também tenta se cercar de instrumentos que o ajudem a limitar ou mesmo impedir as lutas que devem se intensificar no próximo período. Isso se expressa, por exemplo, na tentativa de regulamentar o direito de greve dos servidores públicos.

Defesa do meio ambiente

O V Congresso também dedicou especial atenção ao debate sobre a degradação do meio ambiente, com destaque às ameaças de privatização da água e às conseqüências do aquecimento global. As discussões e resoluções aprovadas, nestes tópicos, mostram que, cientificamente, está provado que todos os problemas de tipo ambiental são perfeitamente solucionáveis. Porém, falta vontade política a governos e grupos empresariais, que colocam o lucro acima de tudo, inclusive sobre as perspectivas de vida do próprio planeta Terra.

Serra e o Centro

Na Carta de Caraguatatuba, aprovada ao final do V



Luiz Carlos de Freitas Melo, do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp, fala na abertura do Congresso. Ao seu lado, Emanuel Rocha Woiski, da Adunesp, Neusa Santana Alves (presidente do Sinteps) e Edmundo Fernandes Dias, da Adunicamp/Fórum



Congresso, os delegados apontam que é preciso atenção à movimentação do governo Serra. "Ao final do primeiro ano de mandato do novo governador, permanece na ordem do dia a luta contra os decretos baixados logo no início do governo, entre eles o que aloca as universidades na Secretaria de Ensino Superior e isola o Ceeteps na Se-



V Congresso

cretaria de Desenvolvimento, na contramão da histórica necessidade de criar e fortalecer um sistema integrado de educação pública para São Paulo”, aponta um trecho do documento, lembrando que a medida representa, ainda, “uma afronta direta à autonomia das universidades, pois o Centro é vinculado e associado à Unesp por força de lei” e a universidade sequer foi consultada.

Os delegados consideram que o governo Serra ainda reserva novos ataques ao Centro, como é o caso do aprofundamento do processo de terceirização. Desde 1995, não há concurso público para a contratação de servidores e, em 2007, foi intensificada a terceirização dos serviços de vigilância e de limpeza, atividades que respondem pela maioria das funções existentes no quadro do Ceeteps.

“Ao que tudo indica, a era Serra será uma etapa ainda mais voraz na expansão do Centro Paula Souza, obviamente, sem a contrapartida necessária de recursos, oferecendo uma

modalidade de ensino superior de baixa qualidade e barato, uma vez que prescinde da pesquisa e da extensão”, denuncia a Carta.

A luta como resposta

A preparação da greve marcada para março (veja cobertura nas páginas 2 e 3) deste ano foi um dos pontos altos do V Congresso. Os delegados presentes concluíram os trabalhos apontando à categoria a meta de fortalecer a sua entidade representativa, apostando numa saída coletiva para os problemas que se apresentam, na contramão do individualismo estimulado pela onda neoliberal. “Nossa história é rica em resistência, greves, manifestações e outros mecanismos de luta. Assim se deu nos últimos anos, assim será de agora em diante”, finaliza a Carta de Caraguatubá.

No site do Sinteps (www.sinteps.org.br), confira o plano de lutas aprovado. Os tópicos demarcam a posição política do Sinteps sobre os diversos temas debatidos no Congresso e norteiam a ação da categoria no próximo período.

Representante do Fórum das Seis propôs debate sobre o vínculo

Uma das palestras durante o V Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps versou sobre a importância do vínculo à Unesp. O palestrante foi Emanuel Rocha Woiski, diretor da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) e professor do campus de Ilha Solteira. Ele resgatou a história do vínculo, as tentativas do governo de quebrá-lo e a reação da comunidade acadêmica. “Conhecer a história criticamente, suas implicações no presente e no futuro, é uma forma de não sermos bobos da corte”, alertou.

Um dos convidados na abertura do Congresso, o professor Edmundo Fernandes Dias, diretor da Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp) e membro da coordenação do Fórum das Seis, propôs um conjunto de iniciativas para fortalecer o vínculo entre Ceeteps e Unesp. A principal proposta foi que o Fórum – que agrupa os sindicatos de professores e docentes das três universidades estaduais paulistas e o Sinteps – promovesse uma série de debates

nos campi da Unesp para explicar o vínculo.

“Temos que ganhar corações e mentes para a nossa luta”, disse o Fernandes, ressaltando que, se dependesse do governo e da reitoria da Unesp, o vínculo já teria acabado. “Por isso, é importante que os servidores, docentes e estudantes das universidades sejam esclarecidos sobre o assunto”.

Bem aceita no V Congresso, a proposta tornou-se realidade. O Fórum das Seis produziu um boletim especial (veja ao lado) sobre o vínculo e já estão sendo realizados os debates nos campi da Unesp. No momento de fechamento desta edição, em 28/3, já havia ocorrido um debate em Ilha Solteira. Tam-

bém estão marcadas discussões nos campi de Assis (8/4), Marília (11/4), Rio Preto (15/4) e novamente em Ilha (17/4). Nos campi de Rio Claro e Presidente Prudente, as datas ainda não estão confirmadas. Antes dos debates, diretores do Sinteps estão percorrendo as ETE’s e FATEC’s das redondezas, convidando o pessoal a comparecer na Unesp.



Todas as Artes

A abertura do V Congresso teve um convidado especial: Carlos André Marques Pereira dos Santos Sereno, presidente da Casa Cultural Todas as Artes, de Santo André. Ele contou um pouco da história da entidade, fundada em 1996, com o objetivo de estimular a música, o teatro, a pintura, a literatura, a escultura, a fotografia, enfim, todas as artes dentro de dois contextos: educação e cultura.

“A luta de vocês se entrelaça com a nossa, pois a cultura pode ser um ótimo veículo de formação e conscientização política”, disse

Carlos André aos delegados e observadores.

A afinidade da Casa Cultural com o nosso Sindicato não se resume à proximidade dos objetivos. O atual secretário geral da entidade, Salvador dos Santos Filho, também é diretor do Sinteps. Presente desde a fundação da Casa, Salvador é ex-diretor da Biblioteca Municipal de Santo André e um dos pesquisadores citados textualmente pelo brasileiro John French, em sua obra “Os operários do ABC”.

Em 2008, a Casa comemora seu 12º ano de existência. Para quem quiser conhecer o belo trabalho lá realizado, o endereço de sua sede provisória é rua Queluz, 133, Jardim Santo Antônio de Pádua, Santo André.



Carlos André, da Casa Cultural, fala aos congressistas



Confira o Plano de Lutas no site

Em www.sinteps.org.br (item "Congressos"), confira a íntegra do Plano de Lutas aprovado no V Congresso. E mais:

- Carta de Caraguatubá.
- Moção de apoio ao vínculo e associação do Ceeteps à Unesp
- Moção em defesa dos direitos dos trabalhadores do Centro Paula Souza
- Moção em repúdio ao convênio entre o Ceeteps e a Fundação Roberto Marinho
 - Moção aos diretores das Unidades
 - Moção em defesa do Cerrado



Frente Parlamentar em Defesa das ETE's e FATEC's foi lançada na Alesp

No dia 20/2, o Auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa de SP, foi palco do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Escolas Técnicas e Faculdades Tecnológicas. A iniciativa é do deputado Simão Pedro, do PT, como produto das constantes intervenções do Sinteps naquela casa.

Além da presidente da entidade, Neusa Santana Alves, que compôs a mesa do evento e expôs a situação dos trabalhadores e das unidades do Ceeteps, o nosso Sindicato compareceu com uma caravana de Diretores de Base, Regionais e Executivos. Também havia uma boa presença de estudantes do Centro.

A Frente teve a adesão de 42 deputados, o que é recorde na Alesp. Porém, muitos deles têm no currículo fatos nem sempre favoráveis às ETE's e FATEC's, como a votação contrária ao aumento de verbas para o Centro Paula Souza. A adesão à frente permite que cobremos com maior intensidade o apoio efetivo às nossas reivindicações.

Durante o lançamento da Frente, o deputado Simão Pedro



A presidente do Sinteps fala durante o lançamento da Frente



informou que havia enviado convite à Superintendente do Centro, professora Laura Laganá, e ao Secretário de Desenvolvimento, Alberto Goldman, mas que ambos sequer tinham justificado a ausência.

Sindicato tem novos Diretores Regionais

Na reunião da direção do Sinteps realizada no dia 18/3, foram eleitos dois novos Diretores Regionais: Maria Paula Tavares e Gustavo de Castro Morande, respectivamente nas Regionais Baixada Santista e São José do Rio Preto. Abaixo, confira a lista de Regionais do Sindicato:

Regional Campinas: Carlos Roberto de Souza
Regional Metropolitana: Robson Luiz Manfredi
Regional Vale do Paraíba: Terezinha de Jesus A. Gonçalves
Regional Ribeirão Preto: André Luiz Coelho Gonini
Regional de Presidente Prudente: Rubens Leão Cavalcanti
Regional Baixada Santista: Maria Paula Tavares
Regional São José do Rio Preto: Gustavo de Castro Morande

Confira seus direitos

As armadilhas do cheque especial

* Por Jamil Hassan

Hoje, iremos falar de um tema complexo, que aflige vários associados. Trata-se do saldo devedor do cheque especial, geralmente uma armadilha que leva o correntista à falência.

Os bancos lançam os juros no saldo devedor do cheque especial. Caso a conta fique positiva após a cobrança, não haverá problema algum. Porém, se o valor for lançado e a conta continuar com o saldo devedor, haverá um problema para o correntista: o saldo negativo se transformará numa bola de neve, pois o valor dos juros de um mês passará a integrar o saldo negativo do outro, que aumentará; no mês seguinte, mais uma vez serão cobrados juros, mas agora sobre o valor do saldo devedor e sobre os juros do mês anterior, o que não é permitido em lei.

Essa prática bancária de lançar na conta o valor dos juros, acrescê-lo ao saldo devedor e, no mês seguinte, fazer incidir juros sobre todo o valor (principal e juros do mês anterior) caracteriza um delito civil, pois representa a cobrança de juros sobre juros, o que é chamado de anatocismo.

Muito embora a prática seja comum, é proibida por lei. Cabe aos correntistas lesados procurarem assistência judiciária para fazerem valer seus direitos. Existe decisão sobre o tema proferida pelo Tribunal do Rio Grande do Sul, que tem aplicação em todo o território nacional, determinando aos bancos que cessem tal prática. Porém, esta norma só tem eficácia se cada lesado propuser sua ação, pleiteando para si a aplicação desse direito já concedido.

Não é novidade a existência deste direito, mas, antes do julgamento do tribunal gaúcho, o correntista tinha que explicar

as teorias de anatocismo e convencer o juiz que aquilo era ilícito, o que demorava anos. Atualmente, basta a constatação do anatocismo, não havendo mais a necessidade de comprovar que se trata de um ato ilícito, pois este já foi classificado juridicamente como tal.

Pela regra deferida por aquele tribunal, os bancos são obrigados a lançar juros em outra conta, que não aquela em que há o saldo devedor, justamente para impedir que volte a cobrar juros sobre os juros do mês anterior. Assim, haveria, hipoteticamente, duas contas, uma do saldo devedor e outra dos juros. Essa conta dos juros só poderá sofrer correção monetária, não podendo incidir novamente juros sobre ela.

Como exemplo, tomemos por base um saldo devedor de R\$ 10.000,00, com juros de 8% ao mês. O banco, atualmente, lançaria juros de R\$ 800,00, no mês seguinte, pegaria o saldo devedor de R\$ 10.800,00 e lançaria juros novamente, elevando o saldo devedor para R\$ 11.664,00. Por esta fórmula, o banco já estaria cobrando além do devido R\$ 64,00. Caso isso se repita por meses, e levando em consideração que o efeito é geométrico, no final de um ano o correntista teria pago a mais R\$ 5.581,68, mais da metade do saldo devedor original, só em excesso de juros.

Cada correntista terá que propor a ação pedindo que a ele seja aplicado o direito de ver expurgados de sua conta devedora os juros. O mesmo é aplicado ao cartão de crédito.

* Jamil Hassan é advogado, do Escritório J. Hassan Advogados Associados, que presta assessoria ao Sinteps



Conjuntura

CESP, a terceira maior geradora de energia do país, na mira tucana

O governo Serra recuou, mas ainda não desistiu de privatizar a Companhia Energética de São Paulo (CESP), empresa que produziu 60% da energia elétrica de São Paulo no ano passado e 10% do Brasil. O leilão marcado para 26/3/2008 foi suspenso, porque nenhuma das empresas interessadas fez o depósito prévio exigido no edital.

As conseqüências da privatização, como os brasileiros já conhecem, podem ser desastrosas para a população: aumento de tarifas, desemprego de profissionais especializados, queda da qualidade dos serviços. Um bom exemplo é a Eletropaulo, comprada pela norte-americana AES. Além de não cumprir as metas de expansão da capacidade de geração em 15% em oito anos, a empresa ainda aumentou as tarifas em 327% no prazo de 10 anos, frente a uma inflação de 93,53%. Traduzindo: quem pagou a conta da privatização da Eletropaulo foi o consumidor.

Antes da era tucana, o estado de São Paulo tinha três grandes estatais do setor elétrico: CESP, Eletropaulo e CPFL. A CESP operava um extenso sistema de transmissão e algumas redes de distribuição no interior e, ao mesmo tempo, era a segunda maior geradora do Brasil. Alegando a existência de dívidas, o então governador Mário Covas privatizou quase todo o sistema, ficando de fora apenas uma parte da CESP. Porém, o que restou ainda tem o controle de grandes hidrelétricas, como as de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Paraibuna, Jaguari

e outras, totalizando mais de 7.000 MW de capacidade instalada.

O valor determinado para a venda da CESP, de R\$ 6,6 bilhões, é considerado muito baixo pelos especialistas, o que revela a intenção do governo de praticamente doar a estatal ao grande capital. "Desde que as bacias hidrológicas sejam devidamente protegidas e preservadas, as hidrelétricas podem gerar energia indefinidamente", explica



Hélvio Rech, mestre e doutorando em energia pela USP (http://www.blogger.com/post-create.g?blogID=37928218#_ftnref1). "É evidente que o potencial lucrativo da CESP permitirá que seu passivo financeiro seja liquidado em menos de três anos e, daí em diante, a empresa se transformará numa autêntica mina de dinheiro", denuncia ele, lembrando que a parte de seus lucros que corresponde à participação do estado no capital da empresa pertence ao público, que financiou a sua construção, com os pesados impostos e taxas que pagou.

Outras 17 na lista

Várias entidades sindicais, agrupadas na Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos e contra as Privatizações, estão promovendo atos e manifestações contra a venda da CESP. O sucesso da mobilização poderá impedir que o governo prossiga em sua investida privatizante. A venda da CESP é parte de um pacote de 18 estatais que estão na mira tucana: Sabesp, Nossa Caixa, Metrô, CPTM, IPT, entre outras.

Debate Cultural

Educação Patrimonial se faz com fatos verdadeiros

* Por Clóvis Roberto dos Santos Filho



Freqüentemente, paulistanos e paulistas ufanistas esquecem-se de seu passado (se é que o conhecem): até o século XIX, São Paulo de Piratininga era uma cidade pequena e simples.

Nossos escravos eram indígenas. Custamos a conhecer escravos africanos, que eram caros (só a Corte e as ricas províncias de Minas e NE os possuíam) e o idioma era uma mistura de português com o tupi. A gente paulista era discreta ao vestir-se, homens com ponchos escuros e mulheres de mantilhas, que só eram vistas atrás dos murarabis (balcões protegidos por treliçados de madeira) e nas missas; rua era território de homens e escravos.

Nossa economia, nos primeiros séculos, era baseada no tráfico de apresamento indígena, onde nossos "heróis" bandeirantes forneciam esta mão-de-obra até aos engenhos nordestinos. Peitaram o Império Espanhol: destruíram, mataram, saquearam e aprisionaram indígenas e jesuítas da Redução de Guairá (atual Paraná), experiência que os sacerdotes da Companhia de Jesus continuaram posteriormente com os emblemáticos 30 Povos das Missões. Estas reduções jesuíticas (de raro rigor arquitetônico e urbanístico) tombadas pela Unesco, foram igualmente destruídas pelos "Paulistas" (como eram chamados os Bandeirantes no Paraguai).

As construções paulistanas, até o final do século XIX, eram de taipa de pilão. No século XX, a decantada autofagia paulistana falou mais alto em defesa de uma arquitetura e urbanismo mais civilizados e europeizados. A antiga catedral no Largo da Sé veio abaixo e, em seu lugar, surgiu um templo neogótico, construído em granito oriundo de Ribeirão Pires. O pré-

dio das Arcadas (curso de Direito, Largo de São Francisco) foi demolido para dar lugar a uma arquitetura neocolonial. Sorte tivemos no solo sagrado do Convento da Luz (obra e projeto de Frei Galvão); nosso maior conjunto arquitetônico de taipa continua intacto em plena Av. Tiradentes.

Tudo mudou com a chegada das ferrovias inglesas e com a riqueza gerada pela economia cafeeira e a nascente industrialização; ondas maciças de imigrantes europeus, junto aos brasileiros de outras regiões chegaram à capital. O centro antigo expandiu-se além do Anhangabaú, dando início ao centro novo e seus dois viadutos de acesso (Chá e Santa Efigênia). A nova burguesia excluiu a região central como moradia e novos empreendimentos imobiliários ergueram-se em bairros com nomes afrancesados, como Campos Eliseos. A cidade virou um canteiro de obras feérico, apagando a antiga vila de taipa, e o escritório arquitetônico de Ramos de Azevedo tornou-se sinônimo de bom gosto e prosperidade entre a elite. A sede do Sinteps fica no porão de uma obra deste escritório, o Edifício Paula Souza (*vide os painéis nos nichos da entrada da sede do Sindicato*).

No final do século XIX, começou a primeira experiência de Ensino Profissionalizante voltado à nova economia, com a fundação do Liceu de Artes e Ofícios de SP, dando início à "saga educacional" na qual vivemos e somos herdeiros. Mas esta é uma outra história ...

* Clóvis Roberto dos Santos Filho é bacharel em Arquitetura e especialista em "Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro"

você está no **orkut?** O Sinteps também!



Participe da comunidade do seu Sindicato:

www.orkut.com/Community.aspx?cmm=39562258 (ou busque a palavra Sinteps).

Mais uma via de comunicação entre a categoria e a sua entidade.